



As inovações tecnológicas das últimas décadas proporcionaram profundas transformações no modo de desenvolvimento das relações sociais, tornando-as mais dinâmicas e suprimindo ou mitigando substancialmente obstáculos antes limitativos, tais com as distâncias físicas e o acesso à informação. Trata-se de um momento verdadeiramente disruptivo na sociedade, que afeta a cultura, o consumo e as relações interpessoais, consubstanciando o que se denomina “Quarta Revolução Industrial”. Neste contexto, o Direito, como Ciência Social Aplicada que em um mecanismo de retroalimentação influencia e é influenciado pela cultura, não poderia escapar das mutações sociais introduzidas pelo desenvolvimento tecnológico. Não apenas a legislação tem se ocupado cada vez mais de temas afetos à tecnologia, como o próprio modo de atuação do profissional das carreiras jurídicas vem se transformando a partir da incorporação da inovação digital ao Direito, movimento que culminou com a concepção do termo “Direito 4.0” – o Direito na era dos recursos tecnológicos avançados. A presente obra contribui para o incremento do debate científico a respeito das mudanças, benefícios e mesmo eventuais desvantagens decorrentes da profusão da tecnologia nos ramos do Direito Público, com análises que permeiam aspectos substanciais e processuais dos temas abordados. Objetiva-se, assim, apresentar ao leitor um panorama geral das principais questões sensíveis de Direito Público numa sociedade cada vez mais transformada pelo avanço da tecnologia e da inovação.

Augusto Passamani Bufulin
Coordenador

Prefácio
Georges Abboud

QUESTÕES ATUAIS DE DIREITO PÚBLICO

Área específica

DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO ELEITORAL

DIREITO PENAL

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

DIREITO PROCESSUAL PENAL

DIREITO TRIBUTÁRIO

TECNOLOGIA

INTERNET

INOVAÇÃO

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PROFISSIONAIS DO DIREITO.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003038

Q5 Questões atuais de Direito Público / coordenado por Augusto Passamani Bufulin. -
Belo Horizonte : Fórum, 2022.

193 p. ; 14,5cm x 21,5cm.
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5518-302-3

1. Direito. 2. Direito Administrativo. 3. Direito Eleitoral. 4. Direito
Penal. 5. Direito Processual Civil. 6. Direito Processual Penal. 7. Direito Tributário. 8.
Tecnologia. 9. Internet. 10. Inovação. I. Bufulin, Augusto Passamani. II. Título.

2021-
4198

CDD 341
CDU 342

Augusto Passamani Bufulin é Professor Adjunto do Departamento de Direito da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor e Mestre em Direito (PUC-SP). Juiz de Direito (TJES).

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Georges Abboud	11
-----------------------------	----

APRESENTAÇÃO	13
--------------------	----

I

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

VIRTUALIZAÇÃO DOS MÉTODOS AUTO E HETEROCOMPOSITIVOS PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS

Frederico Ivens Miná Arruda de Carvalho,

Tatiana Freitas de Almeida Ivens de Carvalho	17
---	----

1	Introdução: do papel da tecnologia para a solução adequada dos litígios na conformação contemporânea do Sistema de Justiça	17
2	Da negociação, conciliação e mediação e os <i>On-Line Dispute Resolution</i>	20
3	Jurisdição arbitral e tecnologia	24
4	A virtualização da jurisdição estatal	26
4.1	Da informatização do processo judicial: da “Lei do Fax” ao “Juízo 100% Digital”	28
4.2	Do cumprimento digital de ordens judiciais	31
4.3	Prática de atos processuais de maneira digital	32
5	Inteligência artificial e Sistema de Justiça	34
6	Conclusão	36
	Referências	37

A UTILIZAÇÃO DAS NOVAS TECNOLOGIAS A FAVOR DA CELERIDADE E DA EFETIVIDADE DOS PROCESSOS EXECUTIVOS FISCAIS

Manoel Alves Rabelo, Fernanda Montalvão da Vitória,

Luciano Rabelo Bragatto	43
--------------------------------------	----

1	Introdução	43
2	O sistema Bacen Jud como instrumento tecnológico a serviço do Judiciário	44
3	Das novas tecnologias e seu papel como ferramentas eficientes na recuperação de crédito	48
3.1	Plataformas algorítmicas	48
3.1.1	Programa para oferta de memória de cálculo padrão	49
3.1.2	Algoritmo para criação de um Sistema Nacional Integrado de Bens (SNIB)	49
3.1.3	Plataforma unificada de leilões judiciais	51
3.2	Sobre o Inova PJE e o Centro de Inteligência Artificial aplicada ao PJe do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	53
3.3	Como seria afetado o direito ao contraditório e à ampla defesa caso estas tecnologias fossem aplicadas à execução fiscal – Como manter esse direito intacto	54
	Considerações finais	56
	Referências	56

NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS E A VIRTUALIZAÇÃO DO PROCESSO

Augusto Passamani Bufulin, Tiago Aguiar Vilarinho	59
1 Introdução	59
2 A virtualização do processo como técnica de potencialização da eficiência processual	60
3 O poder de autorregramento da vontade no processo e seus limites	66
4 A virtualização convencional de atos ou etapas do procedimento	71
4.1 Protocolos institucionais	71
4.2 Convenção processual de virtualização de comunicações processuais e audiências e o “Juízo 100% Digital”	72
4.3 Pacto de submissão do litígio a mecanismos de resolução <i>on-line</i> de disputas – ODR	74
5 Conclusão	78
Referências	79

II DIREITO PENAL

OS ASPECTOS DA LEI Nº 12.737/2012 E A CONSTATAÇÃO DO AUMENTO DA INCIDÊNCIA DA PRÁTICA DE DELITOS DE FRAUDE ELETRÔNICA CONTRA O PATRIMÔNIO DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Fernando da Fonseca Resende Ribeiro	83
1 Introdução	83
2 Conceituação dos delitos informáticos	85
3 A edição da Lei nº 12.737/2012 e a aplicação nos delitos informáticos próprios	90
4 O aumento da incidência dos delitos informáticos impróprios no atual momento da pandemia da Covid-19	96
5 Considerações finais	101
Referências	103

III DIREITO PROCESSUAL PENAL

INTIMAÇÃO NO PROCESSO PENAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Diego Crevelin de Sousa	107
1 Introdução	107
2 Direito de informação: conteúdo da garantia do contraditório e ampla defesa	108
3 A forma da intimação	113
4 A intimação no processo penal no período pandêmico	115
5 Conclusão	119
Referências	120

IV
DIREITO ADMINISTRATIVO

CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: BREVE ANÁLISE DOS POSSÍVEIS IMPACTOS PROVOCADOS PELO MARCO LEGAL DAS STARTUPS (PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 146/2019)	
	Roberto Moraes Dias, Marcos Alberto Balestreiro Filho 125
1	Introdução 125
2	Panorama jurídico-normativo das contratações públicas de inovação tecnológica 126
3	Inovações presentes no Projeto de Lei Complementar nº 146/2019 130
4	Da grande possibilidade aberta pelo Marco Legal das <i>Startups</i> aos desafios trazidos pelo texto legal proposto no Projeto de Lei Complementar nº 146/2019 135
5	Considerações finais 139
	Referências 141

V
DIREITO TRIBUTÁRIO

DIREITO E <i>STARTUPS</i> : UMA BREVE ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DOS INVESTIDORES DAS <i>STARTUPS</i> NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	
	Augusto Passamani Bufulin, Daniel Souto Cheida 147
	Introdução 147
1	A responsabilidade tributária e os seus aspectos jurídicos 149
1.1	Da responsabilidade tributária sucessória e de terceiros 150
2	As modalidades de investimento nas <i>startups</i> brasileiras 152
2.1	Sociedade em Conta de Participação (SCP) 153
2.2	Contrato de participação: investidor-anjo (LC 155/2016) 156
2.3	Fundos de investimento. <i>Private Equity</i> e <i>Venture Capital</i> 158
3	Dos instrumentos contratuais e processuais capazes de mitigar os riscos da responsabilidade tributária 159
3.1	Cláusula de representação e garantia (<i>Representations and Warranties</i>) 160
3.2	Cláusula de efeito material adverso (<i>Material Adverse Effect</i>) 161
3.3	<i>Covenant</i> 162
3.4	Os negócios jurídicos processuais 162
	Conclusões 164
	Referências 165

VI
DIREITO ELEITORAL

AS “FAKE NEWS” E O IMPACTO NO PROCESSO ELEITORAL	
	Rodrigo Marques de Abreu Júdice 169
1	Introdução 169
2	<i>Fake News</i> e o sistema político brasileiro 171

3	Propaganda na <i>internet</i> : abrangência e limites nas eleições de 2020	176
4	A especificidade da atuação das plataformas digitais frente à autonomia do Poder Judiciário.....	180
5	Considerações finais.....	183
	Referências	188
	SOBRE OS AUTORES	191